



INTERNATIONAL CENTRE FOR  
TRADE AND SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS



21 de maio de 2007

Vol. 2 No. 5

<b>NOTÍCIAS MULTIRATERAIS</b>	<b>1</b>
Membros da OMC recebem positivamente o novo texto das negociações agrícolas, mas criticam a falta de equilíbrio	1
Mudança climática: cientistas afirmam que emissões de carbono podem ser reduzidas por um custo razoável	2
<b>NOTÍCIAS REGIONAIS</b>	<b>4</b>
CEPAL divulga relatório sobre investimentos estrangeiros na América Latina e Caribe em 2006	4
Investimentos: Bolívia no olho do furacão	5
<b>BREVES MULTILATERAIS</b>	<b>6</b>
Divergências persistem em NAMA	6
Esforços para conservar a diversidade de colheitas de PEDs	8
<b>BREVES REGIONAIS</b>	<b>9</b>
Bioenergia vs. Segurança Alimentar: oportunidades e riscos	9
Brasil sai da lista negra de pirataria	9
<b>EVENTOS</b>	<b>10</b>
<b>INFORMAÇÕES ÚTEIS</b>	<b>13</b>
<b>FIQUE DE OLHO!</b>	<b>14</b>

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### Membros da OMC recebem positivamente o novo texto das negociações agrícolas, mas criticam a falta de equilíbrio

Os Membros da OMC receberam bem o documento apresentado pelo presidente das negociações agrícolas, Crawford Falconer, que tem por objetivo incitar tais Membros a trabalharem mais intensamente para encontrarem pontos comuns entre suas posições nas negociações paralisadas em agricultura, na Rodada Doha. Durante uma reunião informal no dia 7 de maio, um grupo de Membros representado por delegações com interesses diferentes expressou seu agradecimento a Crawford Falconer por ter preparado tal documento. Ainda que recebido positivamente devido a suas contribuições globais ao processo, várias delegações criticaram elementos específicos do documento, como, por exemplo, a falta de equilíbrio do texto.

Crawford Falconer afirmou que o documento cumpriu seu objetivo de incitar os Membros a se comprometerem a resolver pontos pendentes da negociação.

#### Equilíbrio

Alguns delegados assinalaram que nem todas as partes do documento receberam críticas equilibradas: enquanto os Estados Unidos da América (EUA) argumentaram que o documento não deu ênfase suficiente na melhora de acesso a mercados, os demais Membros assinalaram que é preciso dar mais importância ao tema "corte de subsídios". Os países em desenvolvimento (PEDs) também argumentaram que o documento foi mais cauteloso com os interesses dos países desenvolvidos do que com os interesses dos PEDs.

#### De volta a Genebra

Os delegados de PEDs receberam positivamente o fato de que esse documento tenha lançado o processo de

**PONTES Quinzenal** também está disponível [online](http://online) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch). No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

negociações em Genebra, depois de vários meses de discussões infrutíferas a espera de um acordo entre os países do G-4 (Comunidades Europeias, EUA, Brasil e Índia).

### **Acesso a mercado: flexibilidades permanecem controversas**

O grupo de PEDs conhecido por G-33 - que têm como um de seus objetivos fornecer aos PEDs flexibilidades substanciais para protegerem seus "produtos especiais agrícolas" (SP, sigla em inglês) - afirmou que o documento de Crawford Falconer favorece os países desenvolvidos em questões como acesso a mercado e criticaram a sugestão do presidente de que as tarifas dos SP devem ser reduzidas em ao menos de 10 a 20%.

O G-33 também criticou a decisão de Falconer de concentrar as discussões no número de produtos que os PEDs poderão classificar como "especiais", e a exclusão de discussões sobre os "indicadores" dos SP que são essenciais para orientar sua seleção. O grupo argumentou, por fim, que os negociadores devem focar suas discussões em ambos: números e indicadores.

Certas fontes também relataram que o G-10 - grupo de países que protegem altamente seus setores agrícolas (tais como Suíça, Noruega e Japão) - expressou seu descontentamento em relação à parte do documento sobre produtos sensíveis e afirmou que o limite de 5% proposto por Falconer está além do limite que poderão aceitar.

### **Apoio doméstico: EUA isolados**

Alguns grupos e certos Membros, individualmente, comentaram que o documento é pouco exigente quanto ao pilar "apoio doméstico" das negociações de agricultura, que trata de cortes em subsídios. O G-20, ao referir-se à declaração de Falconer de que um acordo para os cortes de apoio doméstico nocivos ao comércio seria encontrado certamente abaixo de 19 bilhões de dólares e em algum lugar acima de 13 bilhões, contestou que números mais próximos a 19 bilhões devem ser descartados e que os números mais próximos a 13 bilhões realmente refletem o único centro de gravidade possível.

### **Pensamento radical**

As delegações se mostraram cautelosas com relação à "proposta radical" para os PEDs feita pelo presidente. Tal proposta prevê a eliminação das flexibilidades complexas e busca uma redução global média comparável a aquela aplicada na Rodada Uruguai.

Enquanto um grupo de Membros argumentou que o documento não poderia ser utilizado como base para continuar as negociações, Crawford Falconer contestou e afirmou que esse nunca tinha sido o objetivo de seu texto. Assim mesmo, disse aos Membros que iria apresentar uma segunda versão do documento na semana do dia 21 de maio. Tal versão incluirá temas que não foram abordados no primeiro documento.

Tradução a adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*. Vol. 11 No. 16, 9 maio 2007. Disponível em: <http://www.ictsd.org/weekly/07-0509/BRIDGESWeekly11-16.pdf>

---

### **Mudança climática: cientistas afirmam que emissões de carbono podem ser reduzidas por um custo razoável**

De acordo com o novo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), medidas para a diminuição do aquecimento global podem ser implementadas por um custo razoável. O relatório do IPCC foi publicado no último 4 de maio, em Bangkok, Tailândia, após consultas internacionais sobre o tema. O relatório, ao se referir ao curto e médio prazos (até 2030) e ao longo prazo (após 2030), indica que o crescimento das emissões de gás de estufa pode diminuir com a ajuda de uma série de medidas que vão desde esforços de incentivo ao uso de energias renováveis e ao aumento da eficiência energética até a diminuição do desflorestamento.

O relatório evidencia a urgente necessidade de ação e enumera práticas e tecnologias de mitigação por setor, a partir do exame daquelas que estão comercialmente disponíveis neste momento e daquelas projetadas para serem comercializadas em 2030. Enquanto nenhum setor ou tecnologia pode resolver o desafio completo de mitigação, as tecnologias com maior potencial são: fontes de energia, transporte, construção, indústria, agricultura, florestas e lixo. O relatório ainda sublinha que a eficiência energética "tem um papel chave em diferentes cenários para a maioria das regiões e dos períodos de implementação".

O relatório intitulado "Mitigação da mudança climática" é o terceiro em uma série de quatro relatórios que avaliam os efeitos da mudança global do clima, que estará completo no fim de 2007. O primeiro relatório, com uma visão geral da ciência do aquecimento global, foi publicado em fevereiro de 2007 e concluiu que é

"muito provável", ou pelo menos 90% certo, que a humanidade seja responsável pela maior parte do aquecimento ocorrido nos últimos 50 anos. Um segundo relatório, publicado há um mês, destacou os impactos globais da mudança climática e observou que as populações mais vulneráveis serão aquelas mais severamente prejudicadas.

### **Emissões de gás de efeito estufa aumentarão... Medidas urgentes são necessárias**

O relatório do IPCC aponta para o fato de que as emissões de gases de efeito estufa cresceram substancialmente desde o período pré-industrial e devem aumentar de 25 a 90%, entre 2000 e 2030. Enquanto os países desenvolvidos são responsáveis atualmente pela maior parte destas emissões, estima-se que os países em desenvolvimento (PEDs) serão responsáveis por até 75% das emissões futuras.

O novo relatório enfatiza a urgência em executar medidas de mitigação. Durante o lançamento do relatório, a presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, lembrou que "nós não contamos mais com o luxo do tempo". Muitos investigadores acreditam que seria necessário manter as concentrações de dióxido de carbono atmosférico abaixo de 450 partes por milhão, para manter o aumento global médio da temperatura abaixo de dois graus centígrados, de forma a evitar, maiores rupturas climáticas. Quanto mais baixo o nível de estabilização, contudo, mais cedo as emissões de gás de efeito estufa teriam de atingir seu pico e iniciar então o declínio. Os esforços durante as próximas duas ou três décadas seguintes terão um grande impacto no que poderá ocorrer no longo prazo.

### **Setores-chave de ação**

O IPCC aponta o setor de construção como sendo um dos principais potenciais contribuintes do processo de diminuição da mudança climática. As medidas a serem tomadas são: instalação de sistemas de iluminação, aquecimento, refrigeração e isolamento eficientes. As principais barreiras neste setor são a disponibilidade limitada de tecnologia e de financiamento, limitações inerentes aos projetos de construção e a falta de políticas e programas apropriados. Nesses casos, as barreiras são maiores nos PEDs do que nos países desenvolvidos.

A produção e o consumo de energia são contribuintes-chave à mudança climática, e medidas de mitigação no setor incluem melhoria da eficiência e substituição de combustíveis para fontes alternativas de energia (tais como nuclear, hidráulica, solar e bioenergia). O IPCC destaca também o potencial para desenvolvimento da

geração de calor e energia e captação e armazenamento de dióxido de carbono.

De acordo com o IPCC, existem múltiplas opções de mitigação no setor do transporte. Seu efeito, entretanto, poderá ser contrabalanceado pelo crescimento total e obstruído por barreiras, tais como preferências do consumidor e falta de estruturas de política adequadas.

Os esforços de mitigação no setor industrial devem concentrar-se nas indústrias de energia intensiva, onde equipamentos elétricos eficientes e processos de reciclagem de material podem ser instalados. De acordo com o IPCC, nem os países industrializados nem os PEDs fazem uso completo das opções existentes em seus setores industriais. A atualização de equipamentos ultrapassados e ineficientes pode levar a reduções significativas das emissões. As barreiras-chaves no setor incluem a lenta taxa de retorno de capital, a falta de recursos financeiros e técnicos, e a habilidade limitada das empresas - particularmente pequenas e médias - para alcançar e absorver as novas informações tecnológicas.

No que se refere ao setor agrícola, o IPCC destaca o grande potencial dos solos de mitigação através do seqüestro de carbono. O carbono armazenado no solo pode, contudo, estar vulnerável às práticas de gestão da terra e de mudanças climáticas. O relatório ainda destaca a importância da biomassa da agricultura e de colheitas voltadas à energia como fontes para a bioenergia, mas adverte que o uso difundido da terra agriculturável para a produção de biomassa para energia pode competir com outros usos da terra, ter impactos positivos ou negativos no meio ambiente e implicações para a segurança alimentar.

### **Estruturas políticas e custos**

O relatório do IPCC lista uma série de políticas e instrumentos direcionados aos produtores e consumidores que os países podem escolher, baseados em critérios de eficácia ambiental e de custo, efeitos distributivos e viabilidade institucional. Estes instrumentos de política incluem, entre outras coisas, regulamentos e padrões, impostos e taxas, licenças comerciais, incentivos financeiros e acordos voluntários. O relatório aponta para o fato de que as políticas de mudança climática devem ser integradas em políticas de desenvolvimento mais abrangentes.

No que se refere aos custos de mitigação, o relatório do IPCC avalia os prováveis impactos no PIB global até 2030 se os caminhos de mitigação forem seguidos. A estabilização do carbono atmosférico entre 445ppm e 535ppm custaria menos de 3% do PIB global, a estabilização entre 535ppm e 590ppm custaria entre

0.2 e 2.5% do PIB, enquanto que a estabilização em níveis entre 590ppm e 710ppm traria algo entre um benefício líquido de 0.6% e um custo líquido de 1.2%.

Tradução a adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*. Vol. 11 No. 16, 9 maio 2007. Disponível em:

<<http://www.ictsd.org/weekly/07-05-09/BRIDGESWeekly11-16.pdf>>

---

## NOTÍCIAS REGIONAIS

---

### CEPAL divulga relatório sobre investimentos estrangeiros na América Latina e Caribe em 2006

No início de maio, a Comissão Econômica da ONU para a América Latina e Caribe (CEPAL) divulgou relatório intitulado *La Inversión Extranjera en América Latina y Caribe*, relativo ao ano de 2006. Embora traga inúmeros dados positivos sobre o tema, o estudo aponta para a necessidade dos países da região desenvolverem uma política de investimentos mais integrada a uma estratégia de desenvolvimento sócio-econômico.

O relatório é dividido em quatro capítulos. O primeiro traça um panorama geral dos investimentos estrangeiros diretos (IEDs) na América Latina e Caribe, bem como dos investimentos diretos no exterior (IDEs) feito pelos países da região. O segundo capítulo aborda as políticas de atração de investimentos adotadas na região e analisa experiências internacionais de sucesso neste âmbito. Os capítulos 3 e 4, por sua vez, dedicam-se ao estudo de duas fontes não tradicionais de investimentos na América Latina e Caribe, mas que têm desempenhado papel relevante nesta esfera nos últimos tempos: Coréia do Sul e Portugal.

Inicialmente, o relatório ressalta o aumento dos IEDs na região entre 2006 e 2005, embora em um ritmo mais lento do que o registrado entre 2004 e 2005. Com efeito, os IEDs na América Latina e Caribe chegaram, em 2006, a US\$ 72,4 bilhões - 1,5% maior do que em 2005, quando alcançaram US\$ 71,3 bilhões. Entre 2004 e 2005, no entanto, o aumento foi de 8,1% (de US\$ 66 bilhões para US\$ 71,3 bilhões).

Apesar disso, o relatório indica uma diminuição da importância da região enquanto receptora de investimentos no mundo. Com efeito, em 2006 a região recebeu apenas 8% do total de investimentos

estrangeiros - o segundo valor mais baixo dos últimos 15 anos. Além disso, região da América Latina e Caribe hoje responde por menos de 30% do total de IEDs destinados a países em desenvolvimento (PEDs) - percentual que chegou a quase 50% em 2000. Ainda, proporcionalmente ao PIB, a taxa de IEDs na América Latina é de pouco mais de 3% - menor do que os números da África e da Europa Oriental.

Segundo o relatório, os principais países receptores de IEDs na região, em 2006, foram México (US\$ 19 bilhões do total investido na região), Brasil (US\$ 18,8 bilhões) e Chile (US\$ 8 bilhões). Proporcionalmente ao PIB, o Panamá apresenta a maior taxa de IEDs (16,4%), seguido por Trinidad e Tobago (8,4%) e Uruguai (8,3%).

Quanto aos IDEs dos países da América Latina e Caribe, o relatório evidencia que a quantia investida praticamente dobrou entre 2005 e 2006 - de US\$ 20 bilhões para US\$ 40 bilhões, aproximadamente. Assim como ocorre em relação aos IEDs, México, Brasil e Chile destacam-se na região. Em 2006, o Brasil investiu no exterior cerca de US\$ 28 bilhões, enquanto México e Chile (segundo e terceiro principais investidores externos da região) desembolsaram US\$ 3,9 bilhões e US\$ 2,8 bilhões, respectivamente. Em comparação com o PIB, a taxa de IDEs do Brasil também é a maior da região (3,5%, aproximadamente), seguido de Chile (cerca de 2,5%) e Venezuela (em torno de 1,5%).

No que se refere às políticas de atração de investimentos estrangeiros, o relatório critica a posição passiva adotada pelos países da região. Segundo a CEPAL, os IEDs realizados na América Latina e Caribe ainda são orientados pelas vantagens comparativas e condições macroeconômicas estruturais inerentes aos países receptores. Este contexto - juntamente com a abundância de recursos naturais existente na região - explicaria o grande volume de IEDs destinados à exploração de recursos minerais na América Latina. Ademais, a análise dos IEDs nesta região leva em consideração apenas o montante investido. Em outras palavras, quanto maior a quantia investida, melhor seriam os IEDs.

O relatório, no entanto, indica uma tendência mundial diferente para os IEDs, mais ativa e caracterizada pela adoção de marcos regulatórios (políticos e jurídicos) mais sofisticados, que levam em consideração não apenas o montante investido, mas também a modalidade de investimento e sua conformação com a estratégia de desenvolvimento sócio-econômico do país receptor. Além disso, tal política deve permitir a coordenação entre o setor público e privado e promover o fortalecimento institucional das entidades

dos países receptores ligadas à atração de investimentos estrangeiros.

Na seqüência, o relatório dedica-se ao estudo dos exemplos sul-coreano e português de IEDs, a fim de extrair possíveis lições sobre o tema para os países da América Latina e Caribe. A política de IEDs da Coréia do Sul é elogiada, uma vez que este país asiático soube integrá-la em sua estratégia de desenvolvimento. Conforme aponta o relatório, enquanto a Coréia do Sul centrava-se em uma industrialização voltada à exportação, os IEDs revelaram-se essenciais na obtenção dos insumos necessários para estimular tal processo.

Com a crise financeira de 1997, A Coréia do Sul alterou sua estratégia de desenvolvimento e passou a buscar a construção de uma sociedade do conhecimento baseada na inovação tecnológica. Neste contexto, os IEDs desempenham papel relevante, na medida em que permitem a internacionalização de empresas sul-coreanas em setores diversificados. O estudo destaca a forte presença de empresas deste país asiático no setor eletrônico e automotivo na América do Sul (LG, Samsung, Hyundai, etc.) e no setor de têxteis e vestuários na América Central.

Já no caso de Portugal, a política de IEDs possui características diferentes. Com efeito, os IEDs neste país são resultado da internacionalização de suas empresas que, em virtude do aumento da concorrência decorrente do ingresso de Portugal na União Européia, necessitavam de novos mercados para poderem competir e sobreviver.

Os IEDs de Portugal na América Latina possuem as seguintes características, apontadas pelo relatório: (i) realização em um espaço curto de tempo - o grande fluxo de investimentos portugueses para a região ocorreu em meados da década de 90; (ii) concentração de destinatários - a grande maioria de tais investimentos foi destinada ao Brasil; (iii) concentração de setores - telecomunicações, varejo e eletricidade foram os principais contemplados pelos IEDs portugueses na América Latina; e (iv) concentração de empresas - Portugal Telecom, Grupo Sonae e Energias de Portugal foram os principais investidores portugueses na região. Após o forte investimento português no Brasil no final da década de 90, em decorrência da privatização de serviços públicos de infra-estrutura promovida pelo governo brasileiro, os índices dos últimos anos revelam um quadro de desinvestimento (ou seja, a quantia investida no Brasil por empresas portuguesas é menor do que o montante investido no Brasil que retorna para Portugal).

Por fim, o estudo apresenta três conclusões finais. A primeira é a de que, ao mesmo tempo em que houve uma estabilização no nível de IEDs na região, houve um aumento significativo de IDEs dos países da América Latina e Caribe - o que indicaria que a região tornou-se um participante mais ativo do processo de globalização. A segunda conclusão é a de que a participação da América Latina no número total de IEDs diminuiu - fato que decorre, dentre outros fatores, da política passiva de atração de investimentos praticada pelos países da região. A terceira conclusão refere-se ao fato de que políticas de atração de investimentos devem ser mais ativas, priorizarem modalidades de investimentos e fontes não tradicionais - como Coréia do Sul e Portugal - e, sobretudo, estarem integradas a uma estratégia de desenvolvimento sócio-econômico.

O relatório encontra-se disponível para acesso em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/28393/IE2006Preliminar.pdf>>. Para consultar outras publicações da CEPAL sobre a região, acesse:

<<http://www.eclac.cl/publicaciones/>>.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

CEPAL. *La Inversión Extranjera en América Latina y Caribe*. Disponível em:

<<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/28393/IE2006Preliminar.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2007.

---

### **Investimentos: Bolívia no olho do furacão**

Na primeira semana de maio, o governo boliviano de Evo Morales foi o centro das atenções em razão de uma série de atuações que geraram reações, em sua grande parte adversas, de seus vizinhos e sócios comerciais. As decisões governamentais giram em torno da nacionalização das empresas petrolíferas e de telecomunicações, bem como a saída da Bolívia do Centro Internacional de Solução de Disputas em matéria de Investimentos (ICSID, sigla em inglês), órgão do Banco Mundial.

#### **Nacionalização da empresa petrolífera**

No dia 30 de abril, o governo boliviano emitiu o Decreto n.º 29.122, mediante o qual outorga à empresa pública Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) o monopólio da exportação de óleo cru reconstituído e

das gasolinas brancas. Esta decisão gerou reações negativas do governo brasileiro, não só porque a Petrobrás é diretamente afetada pela medida, pois fica privada de importante mercado, mas também porque as relações entre Brasil e Bolívia já se encontram complicadas desde o desacordo quanto ao preço de venda à YPFB de duas refinarias de propriedade da Petrobrás. Em relação ao Decreto n.º 29.122, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil já havia expressado sua decepção, por considerar que esta medida prejudicaria e poderia tornar inviável o processo de negociação do preço de venda das refinarias brasileiras à Bolívia. Além disso, o Ministro ressaltou que possíveis ações judiciais para garantir os direitos brasileiros afetam as relações de cooperação entre os países.

Em 7 de maio, a Petrobrás publicou um comunicado no qual explicava que havia enviado ao governo boliviano a oferta final de venda das refinarias, e que a resposta era esperada em 48 horas. Caso não houvesse acordo, o conflito seria dirimido nas instâncias judiciais competentes. No dia 11 de maio a Petrobrás divulgou ter chegado a um acordo com o governo boliviano sobre o preço de venda das refinarias, fixado em US\$ 112 milhões, valor muito menor que os US\$ 200 milhões pretendidos inicialmente pela empresa, mas também muito maior que os US\$ 60 milhões oferecidos inicialmente pelo governo boliviano. O Presidente Evo Morales espera que o monopólio estatal das exportações de óleo cru reconstituído e das gasolinas brancas gerem lucro ao Estado de aproximadamente US\$ 200 mil diários.

Quanto às demais companhias petrolíferas atuantes na Bolívia em 2 de maio foram protocolados 44 contratos, que dispõem que, a partir de agora, estas empresas passam a ter 18% da produção de hidrocarbonetos, frente aos 82% assumidos pelo Estado por meio da YPFB. Desta maneira, estaria finalizado o processo de nacionalização, iniciado em 17 de maio 2005 com a Lei n.º 3.058, que regulamenta os hidrocarbonetos. O governo estima que com esta medida poderá arrecadar US\$ 1,6 bilhões anuais, e não mais os US\$ 328 milhões que recebia com o modelo anterior.

### **Nacionalização das telecomunicações**

No plano das telecomunicações, em 30 de abril o Presidente boliviano foi notificado da intenção da empresa Euro Telecom Internacional NV (ETI), companhia holandesa subsidiária da Telecom Itália, de iniciar consultas com o governo em razão de desacordo com o processo de recuperação de ações da Empresa Nacional de Telecomunicações (Entel). A ETI, que possui 50% da Entel, questiona três decretos (n.º 29.087, n.º 29.100 e n.º 29.101), que estipulam a

transferência das ações privadas ao Estado, a instauração de um comitê de negociação de tal transferência e a derrogação da certificação de que a empresa cumpriu com as obrigações assumidas. Segundo a ETI, os decretos seriam ilegais à luz do Acordo de Promoção e Proteção Mútua de Investimentos, firmado entre os Países Baixos e a Bolívia. Ante a intenção da ETI de iniciar consultas para uma eventual arbitragem, representantes do governo boliviano viajaram a Roma e comprometeram-se a manter diálogo com os executivos da empresa.

### **Saída do ICSID**

Por fim, em 1 de maio, o governo boliviano enviou uma missiva ao presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, mediante a qual comunica sua denúncia do ICSID. A saída não ocorrerá de maneira imediata: primeiro, porque o artigo 71 do Convênio estipula que a denúncia será efetiva apenas seis meses após a notificação ao depositário (função que, de acordo com o artigo 73, pertence ao Banco Mundial); e segundo, porque em pelo menos 19 tratados bilaterais de investimento estão vigentes cláusulas que estipulam a obrigatoriedade de acudir ao ICSID para dirimir eventuais conflitos surgidos entre os investidores e o Estado. A Bolívia já manifestou seu interesse em renegociar estes instrumentos com fim de ajustá-los a suas novas políticas, alegando que os Estados podem ser facilmente demandados em razão de suas normativas ambientais ou fiscais, as quais podem ser consideradas medidas discriminatórias, expropriatórias ou equivalentes.

As medidas foram duramente criticadas, em especial pelos setores empresariais da Bolívia, que temem que o país esteja criando um clima de instabilidade e insegurança para os investimentos estrangeiros.

Tradução a adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, v. IV, n. 09, 15 maio 2007. Disponível em:

[http://www.ictsd.org/puen\\_quince/index.htm](http://www.ictsd.org/puen_quince/index.htm)

---

## **BREVES MULTILATERAIS**

---

### **Divergências persistem em NAMA**

Após as discussões de 8 a 11 de maio, os Membros da OMC permanecem profundamente divididos no que

tange cortes tarifários para bens industriais (parte das negociações da Rodada Doha).

Embora as delegações tenham abordado a questão central de fórmulas de redução tarifária pela primeira vez, desde que as conversas foram suspensas em julho, os negociadores relataram que todo o debate nas sessões multilaterais soou muito familiar: países em desenvolvimento (PEDs) queixaram-se do fato de os países industrializados exigirem cortes tarifários superiores àqueles que eles mesmos estão dispostos a realizar. Um negociador argumentou que as negociações podem ser diferentes se bilaterais; do contrário, a excessiva falta de flexibilidade já evidenciou o quanto um acordo geral parece muito difícil.

O Embaixador do Canadá, Don Stephenson, presidente das negociações de acesso a mercado de produtos não agrícolas (NAMA, sigla em inglês), procura, no momento, identificar pontos de convergência entre os Membros para redigir um texto que possa servir de base para as negociações futuras e um acordo final. Apesar disso, Stephenson afirmou às delegações, na semana passada, que um acordo parece improvável em vista das grandes diferenças de opinião. Acrescentou ainda que é preciso haver convergência, caso o objetivo realmente seja chegar a um acordo em cortes tarifários e de subsídios em menos de três meses.

### **Grandes diferenças em fórmulas**

Em 8 de maio, Stephenson chamou a atenção dos Membros para o ponto central de tensão: a demanda dos países desenvolvidos, principalmente, por um "acesso real aos mercados" e a resposta negativa de muitos PEDs. Esses afirmam que o pedido para que eles cortem uma fatia maior de suas tarifas negociadas do que os próprios desenvolvidos viola a previsão do mandato de Doha sobre reciprocidade nos compromissos de redução.

Os Estados Unidos da América (EUA) e as Comunidades Europeias (CE) estão a favor da "fórmula suíça" para redução tarifária com um coeficiente de 10 para países desenvolvidos e de 15 para PEDs. Canadá, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Formosa e Taiwan apóiam a proposta dos EUA e das CE, principalmente no que diz respeito ao coeficiente para PEDs.

Com base na "fórmula suíça", o coeficiente de um Membro torna-se seu novo teto tarifário, ou seja, todas as suas tarifas devem estar abaixo do nível do coeficiente. Nesse caso, as tarifas mais baixas serão reduzidas "de forma mais suave". Como as tarifas

médias dos países desenvolvidos são, em geral, em torno de 6%, e as dos PEDs estão perto de 30%, os coeficientes de 10 e 15 requerem mais esforço destes últimos.

Ainda assim, diversos PEDs não concordaram com o nível dos coeficientes propostos nem com a diferença entre esses. O Brasil afirmou que o coeficiente 15 é desproporcionalmente baixo para os PEDs. A Malásia afirmou que tal coeficiente não deve ser menor do que 20. O Paquistão, por sua vez, disse que os países desenvolvidos devem ter um coeficiente de 5 ou de 6 em vez de 10. Sobre a diferença dos coeficientes, o México sugeriu uma escala de 5 e 25 e a China de 5 e 35.

O grupo NAMA-11 de PEDs criticou as posições de, entre outros, Canadá, CE, EUA e Coreia sobre a noção de "acesso real a mercado". O NAMA-11 afirmou que não há nenhum mandato que requeira cortes às tarifas aplicadas, e que a Rodada Doha está focada, primeiramente, na necessidade de os países desenvolvidos ampliarem o acesso de seus mercados para os produtos dos PEDs. Reduções na OMC sejam em tarifas ou em subsídios agrícolas - estão tradicionalmente baseadas em padrões fixos. Os PEDs contestam que, exceto se as exigências atuais vierem a ser reduzidas, nenhum fluxo de comércio para os países desenvolvidos ocorrerá e isso desarticulará o propósito de toda a Rodada.

### **Os Membros não parecem prontos para um novo texto**

Durante as reuniões do início de maio, os Membros também discutiram sobre barreiras não-tarifárias, iniciativas de liberalização voluntária de alguns setores e bens ambientais. Algumas fontes declararam que nas negociações em barreiras não-tarifárias é mais evidente quais as propostas que podem favorecer um consenso: uma delas é a proposta dos EUA sobre as exigências para a padronização de etiquetas em roupas e sapatos. Sobre as iniciativas setoriais, Stephenson expressou descontentamento com o seu pouco progresso. A Índia, por sua vez, sugeriu que essas liberalizações voluntárias poderão ocorrer mesmo depois de concluída a Rodada. Quanto a bens ambientais, muitos PEDs ainda se apresentam desinteressados em negociar uma lista para análise e posterior liberalização preferencial.

À luz das diferenças substanciais de opinião, Don Stephenson afirmou que os Membros ainda não estão prontos para negociar um texto comum. Anunciou ainda que continuará a se encontrar com Membros durante as próximas três semanas, em "sessões transparentes", abertas para todos os Membros. A

partir dessas reuniões espera, então, recolher material significativo para seu novo texto. Delegados esperam que o presidente de NAMA apresente seu texto na semana do dia 4 de junho, mas Stephenson afirmou que aguardará um texto das negociações em agricultura, antes de apresentar o seu.

Tradução a adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest*, v. 11, n. 17, 16 maio 2007, disponível em:

<<http://www.ictsd.org/weekly/07-05-16/BRIDGESWeekly11-17.pdf>>

---

### **Esforços para conservar a diversidade de colheitas de PEDs**

O *Global Crop Diversity Trust* (GCDT) - fundação que busca promover a segurança alimentar por meio de sistemas de bancos de sementes, entre outras medidas - anunciou recentemente que recebeu fundos adicionais para conservar as sementes de colheitas-chave de países em desenvolvimento (PEDs).

Cary Fowler, diretor do GCDT, afirma que esta iniciativa irá salvar a mais importante coleção de culturas alimentares do mundo, que reúne 21 culturas provenientes de PEDs.. Dentre estas, destacam-se a mandioca, o inhame, bananas e arroz. Muitas culturas que crescem nos PEDs são chamadas de órfãs, pois têm sido negligenciadas pelas empresas que usam técnicas modernas de cultivo. Assim, o material genético de culturas utilizadas pelos mais pobres encontra-se particularmente ameaçado.

Os novos recursos garantirão fundos para preservar mais de 95% das culturas em risco em bancos genéticos localizados nos PEDs. Muitos desses bancos possuem poucos recursos e encontram-se até mesmo em condições de conservação insatisfatórias. Tais recursos também prevêm uma rede global de informações.

As mudanças climáticas devem trazer novas demandas à agricultura, e os bancos de sementes funcionam como um "seguro" à humanidade, pois preservam uma diversidade genética que poderá ser útil no futuro. Hoje verifica-se que a agricultura está cada vez mais homogênea, e o suprimento de sementes em escala mundial é dominado por poucas companhias multinacionais. Existem 1500 bancos genéticos no mundo, que congelam e estocam as sementes.

### **"Caixa-forte"**

O GCDT também tomou outra iniciativa para ajudar a preservar as culturas alimentares: em setembro de 2007 estará finalizada a construção de uma verdadeira caixa-forte para o armazenamento de sementes. Com 120 metros localizados dentro de uma montanha no vilarejo de Longyearbyen, Svalbard (grupo de ilhas que ficam a quase mil quilômetros ao norte da Noruega), a caixa-forte armazenará as amostras de sementes a uma temperatura de -18° C. A capacidade de germinação de sementes mantidas a esta temperatura depende da espécie: algumas culturas, como as ervilhas, sobrevivem por apenas 20 ou 30 anos; outras, como os girassóis e os grãos, perduram por muitas décadas, e até centenas de anos.

Após a definição da coleção que ficará alojada em Svalbard, a caixa-forte irá operar com a mínima intervenção humana. Apenas uma pessoa entrará no cofre uma vez por ano para inspecioná-lo fisicamente, e não haverá funcionários em período integral.

O grupo acredita ter previsto todos os detalhes para assegurar o sucesso do projeto. Além do pouco contato humano, do isolamento e das condições climáticas do local (que por quase quatro meses fica imerso em escuridão total), a construção do cofre dentro de uma montanha gelada permite que o solo continue a fornecer refrigeração natural mesmo que ocorram falhas no sistema mecânico. Por fim, resultados de simulações de catástrofes naturais demonstraram que, mesmo em caso de derretimento de todo o gelo das calotas polares e da Groenlândia, o local permanecerá acima do nível do mar.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Trade BioRes*, v. 7, n. 8, 27.abril.2007, disponível em:

<<http://www.ictsd.org/biores/07-04-27/inbrief.htm#3>>;

Fontes complementares:

<[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/070209\\_vaultdoomsdayg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/070209_vaultdoomsdayg.shtml)>

<<http://www.croptrust.org/main/arctic.php?itemid=211>>

### Bioenergia vs. Segurança Alimentar: oportunidades e riscos

Há duas semanas a Comissão Econômica da ONU para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a Organização da ONU para a Agricultura e a Alimentação (FAO, sigla em inglês), divulgaram um estudo conjunto intitulado *Oportunidades y Riesgos del uso de la bioenergía para la seguridad alimentaria em América Latina y el Caribe*.

O estudo analisa a produção de biocombustíveis líquidos como o etanol e o biodiesel. O setor energético influencia diretamente a segurança alimentar e encontra, nos países da América Latina e Caribe, as condições mais favoráveis para desenvolver-se.

O documento estuda o possível impacto dos biocombustíveis nas quatro dimensões da segurança alimentar: disponibilidade, acesso, estabilidade e utilização.

Em relação à disponibilidade, o relatório demonstra que a região apresenta um superávit alimentício (ou seja, uma oferta de alimentos maior do que o consumo) em todos os países da América Latina, com exceção de Haiti e Bolívia. Além disso, o estudo indica a disponibilidade de terras para expansão da produção agrícola voltada para a bioenergia. O Brasil (com 90 milhões de hectares disponíveis), a Argentina (55 milhões de hectares) e a Colômbia (15 milhões de hectares) são os países da região com maior potencial para a expansão da produção de etanol e biodiesel.

Quanto ao acesso, o estudo aponta para a necessidade dos programas de bioenergia priorizarem os pequenos produtores, de forma a dinamizar a economia local e a permitir que esses produtores tenham mais acesso aos insumos necessários para sua sobrevivência.

No que se refere à estabilidade, o estudo destaca o impacto do preço do petróleo na segurança alimentar: ao mesmo tempo em que preços mais altos aumentam o custo da produção agrícola e, portanto, geram uma diminuição na oferta de insumos agrícolas tradicionais; o aumento dos preços também estimula o setor de biocombustíveis a crescer, o que conseqüentemente gera maior demanda por cultivos agrícolas voltados à bioenergia.

No que tange à utilização, o estudo enfatizou que a produção de bioenergia poderia reduzir a disponibilidade

de água para outros cultivos e para o consumo doméstico. O relatório alerta, ainda, que a produção de certos tipos de biocombustíveis - como o etanol e biodiesel, obtidos a partir de cana de açúcar e óleo de palmeira, respectivamente - consomem mais água do que outros, produzidos a partir de milho e de rícino, por exemplo.

O estudo conclui que, desde que algumas medidas sejam adotadas, a expansão da produção agrícola voltada à bioenergia é possível e pode ser sustentável. Nesse sentido, sugere: (i) a adoção de uma política de ordenamento territorial que delimite áreas férteis destinadas à produção de bioenergia; (ii) a facilitação do acesso ao desenvolvimento tecnológico aos pequenos produtores rurais; (iii) a definição de um marco regulatório do mercado de biocombustíveis; e (iv) a elaboração de um Código Voluntário de Conduta para a Produção e Utilização de Bioenergia, cujo objetivo seria consolidar um conjunto de políticas e de melhores práticas sobre esta produção, voltadas à promoção do desenvolvimento e à redução da pobreza.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

CEPAL/FAO. *Oportunidades y Riesgos del Uso de la Bioenergía para la Seguridad Alimentaria em América Latina y el Caribe*. Disponível em <<http://www.rlc.fao.org/prior/segalim/pdf/bioenergia.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2007.

### Brasil sai da lista negra de pirataria

No último dia 30 de abril, o governo dos Estados Unidos da América (EUA) lançou o relatório anual sobre adequação e efetividade da proteção de Direitos de Propriedade Intelectual (DPIs) em diversos países do mundo. O relatório é conhecido como "Special 301 Watch List". Desta vez, o Brasil não aparece na lista de prioridades do relatório (Priority Watch List), que aponta China, Rússia, Argentina Chile, Egito, Índia, Israel, Líbano, Tailândia, Turquia, Ucrânia e Venezuela como países que não protegem os DPIs de modo adequado.

De acordo com o relatório, o Brasil deu passos significativos em direção à melhor proteção dos DPIs, principalmente por força de ações governamentais contra a pirataria e o desrespeito aos direitos autorais. Entretanto, o país permanece em observação em razão das medidas recentemente tomadas na área da saúde pública, principalmente no que se refere ao processo de licenciamento compulsório de medicamentos.

Segundo o relatório, o governo brasileiro não está engajado em discussões abertas e transparentes com as empresas farmacêuticas.

A posição ocupada pelos vizinhos do Brasil varia bastante. Bolívia e Equador aparecem na lista de observação, pois o relatório conclui que precisam melhorar suas legislações e políticas de proteção aos DPIs. Nesses países, o desrespeito aos direitos autorais ainda é um problema relevante, da mesma forma que a proteção de marcas e patentes. Apesar da boa melhora do México em relação à apreensão de produtos piratas e prisão dos infratores (conseguidas com a cooperação entre autoridades federais e o setor privado) o relatório entende ser necessária a implementação de legislação mais rígida no setor, bem como a concessão de maior prerrogativa às autoridades aduaneiras na luta contra as infrações. O relatório incentiva estes três países a trabalhar mais para implementar as regras do Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPs, sigla em inglês) da OMC.

Argentina e Chile encontram-se em posição mais desconfortável. O relatório os acusa de proteção inadequada aos direitos autorais. Mas, assim como no caso brasileiro, é na área de proteção patentária que as reclamações são mais incisivas: o relatório pede maior coordenação entre a atuação das autoridades patentárias e a definição de políticas de saúde, principalmente em relação a produtos farmacêuticos.

O país de maior destaque, no entanto, é a Venezuela. Esse país é acusado de não ter feito nenhum progresso na proteção dos direitos de propriedade intelectual em 2006, e de ainda não possuir legislação adequada. O relatório ressalta que; (i) a Venezuela não concedeu nenhuma patente a empresas estrangeiras desde 2003; (ii) não protegeu o uso de informações; e (iii) permitiu um aumento considerável das infrações a direitos autorais. Por fim, acrescenta-se que a saída da Venezuela da Comunidade Andina, ocorrida em abril de 2006, levanta questionamentos sobre a capacidade do país de cumprir com seus compromissos internacionais, pondo em risco futuras negociações na esfera internacional.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

<[http://www.ustr.gov/Document\\_Library/Press\\_Release/s/2007/April/SPECIAL\\_301\\_Report.html](http://www.ustr.gov/Document_Library/Press_Release/s/2007/April/SPECIAL_301_Report.html)>

[http://www.ustr.gov/assets/Document\\_Library/Reports\\_Publications/2007/2007\\_Special\\_301\\_Review/asset\\_upload\\_file230\\_11122.pdf](http://www.ustr.gov/assets/Document_Library/Reports_Publications/2007/2007_Special_301_Review/asset_upload_file230_11122.pdf)

[http://www.ustr.gov/assets/Document\\_Library/Reports\\_Publications/2007/2007\\_Special\\_301\\_Review/asset\\_upload\\_file694\\_11120.pdf](http://www.ustr.gov/assets/Document_Library/Reports_Publications/2007/2007_Special_301_Review/asset_upload_file694_11120.pdf)

## EVENTOS

### Fóruns Multilaterais

#### OMC

[http://www.wto.org/english/news\\_e/events\\_e/events\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/events_e/events_e.htm)

Local: Genebra, Suíça

21 de maio  
Reunião do Conselho de comércio de mercadorias

21 a 25 de maio  
Semana NAMA

21 de maio a 1 de junho  
Semanas de Agricultura

22 de maio  
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

23 a 25 de maio  
Grupo de Revisão de Políticas de Comércio - caso Índia

24 de maio  
Sessão do Comitê de Comércio e Desenvolvimento

25 de maio  
Working Party sobre acessão do Iraque

#### UNCTAD

<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=5&frmYear=2007&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intltemID=2068&lang=1&year=2004&month=10&day=1>

21 a 25 de maio  
10a Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia  
Genebra, Suíça

22 de maio  
Painel CTSD-GAID sobre tecnologia da Informação e Comunicação para o desenvolvimento  
Genebra, Suíça

22 a 25 de maio  
JITAP Senegal (portas abertas)  
Dacar, Senegal

23 a 25 de maio  
11ª Conferência Africana sobre comércio e  
investimentos em petróleo e gás  
Nairóbi, Quênia

24 de maio  
2o Encontro de facilitação sobre negócios e empregos  
eletrônicos  
Genebra, Suíça

27 a 31 de maio  
Missão no Iêmen e workshop nacional sobre regulação  
do comércio no contexto da acessão à OMC  
Sana, Iêmen

28 e 29 de maio  
Seminário ASEAN - Japão sobre Investimentos  
Estrangeiros Direitos  
Tóquio, Japão

28 a 30 de maio  
JITAP - Mali (portas abertas)  
Bamako, Mali

29 de maio  
Curso de treinamento rápido em questões-chave da  
agenda econômica internacional  
Genebra, Suíça

### **ONU**

<http://www.un.org/esa/meeting.htm>

Genebra, Suíça

21 a 25 de maio  
10a Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia para  
o desenvolvimento  
39ª Sessão do Comitê Econômico, Social e Cultura -  
grupo de trabalho pré-sessão

21 de maio a 8 de junho  
45ª Sessão do Comitê sobre Direitos da Criança

### **FAO**

Roma, Itália  
21 a 24 de maio  
33ª Sessão do Comitê sobre Segurança Alimentar

28 de maio a 1 de junho  
Reunião do Grupo de Especialistas ad hoc sobre a  
revisão da implementação do Programa de Trabalho  
sobre Biodiversidade das Florestas

Gênova, Itália  
24 a 26 de maio  
1a Exibição sobre energia sustentável e renovável  
Organizada por EMTRAD Srl

### **Banco**

### **Mundial**

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,enableDHL:TRUE~hPK:961926~menuPK:34482~pag ePK:34380~piPK:34428~theSitePK:4607,00.html>

23 e 24 de maio  
Conferência sobre migração e desenvolvimento  
Washington D.C., EUA

24 e 25 de maio  
Conferência sobre Capital Intelectual para  
Comunidades  
Paris, França

### **OIT**

<http://www.ilo.org/public/english/standards/reIm/ilc/ilc96/index.htm>

30 de maio a 15 de junho  
96ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho  
Genebra, Suíça

## **Fóruns Regionais**

### **CEPAL**

<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>

22 de maio  
Reunião subregional para o Caribe, preparatória da 10ª  
Conferência Regional da Mulher na América Latina e  
Caribe  
Jolly Beach Resort, San Juan, Antigua e Barbuda

28 de maio  
Reunião subregional para a América do Sul,  
preparatória da 10ª Conferência Regional da Mulher na  
América Latina e Caribe  
CEPAL, Santiago, Chile

28 de maio  
Mesa Redonda sobre integração, comércio e  
investimentos na América Central e República  
Dominicana  
CEPAL, Santiago, Chile

29 de maio  
Seminário "Tributação direta na América Latina:  
equidade e desafios"  
CEPAL, Santiago, Chile

## **Mercosul**

<http://www.mercosur.int/msweb/porta1%20intermediario/es/reuniao/redirecionada.htm>

21 de maio

Reunião preparatória para a V reunião Extraordinária do CMC

Hotel Granados Park, Assunção, Paraguai

Reunião do grupo ad hoc de especialistas do FOCEM

Hotel Granados Park, Assunção, Paraguai

21 e 22 de maio

Reunião ordinária do GAN - estratégia para crescimento do emprego

SNPP, Assunção, Paraguai

21 a 25 de maio

Reunião ordinária do SGT n.º 11 (saúde)

Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai

22 de maio

V Reunião Extraordinária do CMC

Hotel Granados Park, Assunção, Paraguai

22 a 24 de maio

Reunião especializada de agricultura familiar

Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai

23 de maio

Reunião ordinária da Comissão Sócio-laboral do Mercosul

SNPP, Assunção, Paraguai

Reunião do Grupo ad hoc OMC - SGPC

Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai

23 e 24 de maio

Reunião Intra-Mercosul sobre a adesão da Bolívia ao Mercosul

Crowne Plaza, Assunção, Paraguai

24 de maio

Reunião da Comissão de Administração do ACE n.º 36 (Mercosul e Bolívia)

Crowne Plaza, Assunção, Paraguai

24 e 25 de maio

Reunião especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul

MIC, Assunção, Paraguai

XII Reunião do Grupo Técnico da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS)

Assunção, Paraguai

Reunião ordinária do SGT n.º 10 (assuntos trabalhistas, emprego e seguridade)

SNPP, Assunção, Paraguai

Videoconferência da Reunião Especializada de

Ministérios Públicos do Mercosul

Assunção, Paraguai

28 a 31 de maio

Reunião ordinária do CT n.º 03 (regras de origem)

Assunção, Paraguai

30 de maio a 1 de junho

Reunião do SGT n.º 04 (assuntos financeiros)

Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai

31 de maio e 1 de junho

Reunião ordinária do CT n.º 07 (defesa do consumidor)

MIC, Assunção, Paraguai

Reunião ordinária do RECAM

Hotel Internacional, Assunção, Paraguai

## **Comunidade Andina**

<http://www.comunidadandina.org/servicios/calendario/euniones.htm>

21 a 23 de maio

Oficial Subregional Andina de Educação

Lima, Peru

23 a 25 de maio

Reunião sobre Harmonização dos indicadores macroeconômicos na América do Sul

Lima, Peru

24 a 25 de maio

XXIII Reunião do Comitê Andino de Assuntos Aduaneiros

La Paz, Bolívia

30 de maio

XVI Reunião do Comitê Andino de Autoridades Ambientais

Santacruz de la Sierra, Bolívia

30 e 31 de maio

II Reunião de Especialistas em matéria de prestação de serviços profissionais

Lima, Peru

31 de maio e 01 de junho

IV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Santacruz de la Sierra, Bolívia

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

### Divulgação de textos e relatórios

#### Panorama do mercado de carbono em 2006

O Banco Mundial divulgou um relatório intitulado *State and Trends of the Carbon Market 2007*. O relatório fornece um panorama geral do mercado de carbono em 2006 e projeta as tendências do setor para este ano. O relatório está disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21319781~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>.

#### Monitoramento Global de 2007

O Banco Mundial também divulgou o Relatório de Monitoramento Global de 2007 (*Global Monitoring Report 2007*). O Relatório avalia a contribuição de países desenvolvidos e em desenvolvimento e de instituições financeiras internacionais na concretização das Metas do Milênio. O Relatório deste ano concentra sua análise nas questões relacionadas a igualdade de gêneros e Estados frágeis. Para adquirir o Relatório, acesse [http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?item\\_id=6365770](http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?item_id=6365770).

#### Agricultura orgânica e segurança alimentar

No dia 3 de maio a Organização da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) divulgou um informe sobre agricultura orgânica e segurança alimentar, durante uma conferência internacional sobre o tema, ocorrida em Roma, Itália. O documento identifica os pontos positivos e negativos da agricultura orgânica em relação à segurança alimentar e propõe políticas e iniciativas de pesquisa para aperfeiçoar o desempenho da agricultura orgânica em termos nacionais, internacionais e institucionais. O informe está disponível em <ftp://ftp.fao.org/paia/organicag/ofs/OFS-2007-5.pdf>. Para consultar outros documentos relativos à conferência mencionada, acesse [http://www.fao.org/organicag/ofs/docs\\_en.htm](http://www.fao.org/organicag/ofs/docs_en.htm).

#### Biocombustíveis e desenvolvimento sustentável

O Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU divulgou texto intitulado *Sustainable Biofuels: a framework for decision makers*. O documento analisa diversos aspectos relacionados à produção de bionergia - tais como sustentabilidade ambiental,

segurança alimentar e desenvolvimento rural - e propõe um conjunto de medidas a serem implementadas pelos governos. O texto encontra-se disponível em <http://esa.un.org/un-energy/pdf/susdev.Biofuels.FAO.pdf>.

### Páginas na Internet

No dia 9 de maio, a Parceria Global para a Bionergia (GBEP, sigla em inglês) lançou sua página eletrônica na Internet. Tal página fornece informações sobre a GBEP - criada em maio do ano passado para promover o uso da bioenergia em escala global - e também sobre bionergia em geral. Para consultá-la, acesse <http://www.globalbioenergy.org/>.

### Seleção de Projetos

#### Mesas de debate no Fim de Semana de Direito Internacional de 2007

A sessão estadunidense da Associação de Direito Internacional organizará, entre os dias 25 e 27 de outubro deste ano, em Nova Iorque, Estados Unidos da América (EUA) o Fim de Semana de Direito Internacional de 2007, cujo tema será Em direção a uma nova visão do Direito Internacional. Até o dia 1º de junho poderão ser enviadas propostas de mesas de debate, com o tema a ser discutido e os palestrantes a serem convidados. Maiores detalhes estão disponíveis em <http://www.ambranch.org/main-splash.htm>.

#### Projetos de pesquisa em legislação e jurisprudência brasileiras

A Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, em parceria com o Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD), financiarão dez projetos de pesquisa sobre legislação e jurisprudência brasileiras. Será selecionado um projeto para cada um dos seguintes assuntos: direito do consumidor, direito ambiental, direito urbanístico, direitos humanos, reforma política e direito eleitoral, federalismo, direito da propriedade intelectual, licitações, penas alternativas e Observatório do Poder Judiciário. Ao todo, serão investidos mais de R\$ 600 mil na iniciativa. O edital de seleção dos projetos será publicado em breve. Maiores informações podem ser obtidas em <http://www.mj.gov.br/sal/servicos/noticias/rls030507.htm>.

## FIQUE DE OLHO!

### Solução de controvérsias na OMC

No dia 7 de maio, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC divulgou o relatório sobre o painel do artigo 21.5, referente ao caso entre Argentina e Chile sobre sistema de banda de preços e medidas de salvaguardas aplicadas a determinados produtos agrícolas (Chile - Price Band System and Safeguard Measures Relating to Certain Agricultural Products - DS 207). O relatório encontra-se disponível em:

<[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/207abrwe.doc](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/207abrwe.doc)>.

Para maiores informações sobre o caso, acesse <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/cases\\_e/ds207\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds207_e.htm)>

Em reunião ocorrida no dia 11 de maio, o OSC também adotou o relatório do Órgão de Apelação relativo ao caso entre Argentina e EUA sobre medidas antidumping aplicadas a produtos tubulares para campos petrolíferos (United States - Sunset review of anti-dumping duties on oil country tubular goods from Argentina - DS 268). Para saber mais sobre a reunião do OSC, consulte

<[http://www.wto.org/english/news\\_e/news07\\_e/dsb\\_11may07\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/news07_e/dsb_11may07_e.htm)>. Maiores informações sobre o caso estão disponíveis em [http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/cases\\_e/ds268\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds268_e.htm).

### Estratégia do Banco Mundial para a saúde e o desenvolvimento

No início de maio, o Banco Mundial lançou a iniciativa intitulada *Healthy Development: The World Bank's Strategy for Health, Nutrition and Population Results*. O objetivo dessa iniciativa é promover melhorias nos sistemas de saúde dos países em desenvolvimento (PEDs) de forma a reduzir a pobreza causada pela proliferação de doenças nesses países e ajudá-los a alcançar as Metas do Milênio. Maiores informações sobre a iniciativa podem ser obtidas em <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21318554~pagePK:34370~piPK:34424~theSitePK:4607,00.html>>.

### 15ª Sessão da Comissão da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável

Entre os dias 30 de abril e 11 de maio ocorreu em Nova Iorque, EUA, a 15ª Sessão da Comissão da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável. Dentre os principais temas discutidos no âmbito do encontro, destacam-se o desenvolvimento industrial, a energia, mudança climática e poluição atmosférica. Para maiores informações sobre o encontro, consulte <<http://www.iisd.ca/csd/csd15/>>.

### 42ª Sessão do Conselho Internacional das Madeiras Tropicais

Entre os dias 7 e 12 de maio ocorreu em Port Moresby, Papua Nova Guiné, a 42ª Sessão do Conselho Internacional das Madeiras Tropicais. Durante a reunião, foi escolhido o novo Diretor Executivo da Organização Internacional das Madeiras Tropicais e discutidas, dentre outros assuntos, as diretrizes para o manejo e reabilitação de florestas tropicais degradadas. Maiores informações podem ser obtidas em <<http://www.iisd.ca/forestry/itto/ittc42/>>.

### 26ª Sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção Quadro da ONU sobre Mudança Climática

Entre os dias 7 e 18 de maio ocorreu em Bonn, Alemanha, a 26ª Sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção Quadro da ONU sobre Mudança Climática. Dentre os principais temas abordados, destacam-se o Programa de Trabalho de Nairóbi sobre Impactos, Vulnerabilidade e Adaptação à Mudança Climática e a redução de emissões de carbono originadas do desflorestamento nos países em desenvolvimento. As propostas surgidas no âmbito do encontro serão debatidas e decididas na 13ª Conferência das Partes da Convenção Quadro e no 3º Encontro das Partes do Protocolo de Quioto, que ocorrerão em Bali, Indonésia, em dezembro deste ano. Para maiores informações sobre o encontro, consulte:

<<http://www.iisd.ca/climate/sb26/>>.

### 6ª Sessão do Comitê Permanente da ONU para Assuntos Indígenas

Entre os dias 14 e 25 de maio ocorre em Nova Iorque, EUA, a 6ª Sessão do Comitê Permanente da ONU para Assuntos Indígenas. Este ano a sessão terá como tema Territórios, terras e recursos naturais. Para maiores informações, acesse:

<<http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/>>.

### Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres

Em preparação à 14ª Conferência das Partes, que ocorrerá em Haia, Holanda, entre os dias 3 e 15 de junho deste ano, o Secretariado da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres divulgou as propostas de alteração dos Apêndices I e II da Convenção, que serão discutidas durante a Conferência. Para maiores informações, acesse:

<<http://www.cites.org/eng/cop/14/prop/index.shtml>>.

### **Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Esgotam a Camada de Ozônio**

O Secretariado do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Esgotam a Camada de Ozônio divulgou os comentários da União Européia (UE) sobre os desafios a serem enfrentados pelos Países Membros do Protocolo na proteção da camada de ozônio na próxima década. Os comentários enfatizam o consumo de hidrofluorcarbonos nos países em desenvolvimento e o comércio ilegal de substâncias que prejudicam a camada de ozônio. Para consultar os comentários, acesse:

<[http://ozone.unep.org/Meeting\\_Documents/dkfc/1dkfc/DKFC-1-INF1.pdf](http://ozone.unep.org/Meeting_Documents/dkfc/1dkfc/DKFC-1-INF1.pdf)>.

### **Criação de agência especializada da ONU para o meio ambiente?**

Após as consultas informais da Assembléia Geral da ONU sobre as atividades relacionadas ao meio ambiente, empreendidas por esta organização, a UE divulgou suas propostas de governança ambiental internacional para o futuro. O bloco europeu defende a transformação do Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA) em uma agência especializada da ONU para o meio ambiente (UNEO, conforme a sigla sugerida em inglês). Recordar-se que já existe um grupo de 52 países, liderados pela França, favorável a tal transformação. Tal grupo se reuniu em Agadir, Marrocos, entre os dias 12 e 13 de abril deste ano e se reunirá mais uma vez até o final do ano, na Costa Rica. Para maiores informações, acesse <<http://www.reformtheun.org/index.php/issues/2061?theme=alt4#un>>.

### **Reunião de representantes do setor privado do G-8**

No dia 25 de abril ocorreu em Berlim, Alemanha, um encontro entre as principais entidades que representam o setor privado nos países que formam o G-8. Na declaração emitida ao final do encontro, tais entidades pediram ao G-8 que contribuísse para o término do impasse nas negociações da Rodada Doha, em particular quanto aos temas agrícolas. A declaração

também ressalta a necessidade de implementação de padrões mais rígidos de proteção à propriedade intelectual. Além disso, o documento estimula o G-8 a adotar medidas voluntárias de redução da emissão de gases de efeito estufa e rechaça a possibilidade de se adotar instrumentos vinculativos quanto a esta matéria. A declaração pode ser consultada em:

<[http://www.uscib.org/docs/g-8\\_business\\_declaration\\_2007.pdf](http://www.uscib.org/docs/g-8_business_declaration_2007.pdf)>.

### **Iniciativa Global sobre Commodities**

Entre os dias 7 e 11 de maio ocorreu em Brasília a Iniciativa Global sobre Commodities. A discussão do evento centrou-se sobre a dependência de muitos países em desenvolvimento (PEDs) em relação à exportação de um ou dois produtos e como este fato prejudica o combate à pobreza. Segundo dados do Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD), em 38 PEDs o principal produto de exportação corresponde a mais de 50% das exportações e, em outros 48 PEDs, os dois principais produtos alcançam tal percentual. Para maiores informações sobre o evento, acesse:

<<http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=4207&lang=1>>.

### **Parlamento do Mercosul**

No dia 7 de maio ocorreu a primeira sessão solene do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai. Este órgão regional será composto de 90 deputados e senadores - 18 de cada País Membro do bloco (embora os parlamentares venezuelanos não tenham direito a voto até o término do processo de adesão deste país ao Mercosul), escolhidos por seus pares em suas respectivas assembleias nacionais. Em 2010, no entanto, a escolha dos membros do Parlamento do Mercosul deverá ser feita mediante sufrágio universal. Para mais informações sobre o Parlamento e, em especial, sobre esta primeira sessão, consulte <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cpcms/parlamentomercosul.html>>.

### **Banco do Sul**

Nos dias 3 e 11 de maio ocorreram em Quito, Equador, duas reuniões entre os ministros de economia de Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Venezuela. Após tais reuniões, ficou decidido que o Banco do Sul será criado no próximo dia 26 de junho, na abertura da Copa América de Futebol, que se realizará na Venezuela. A principal finalidade do Banco do Sul será financiar projetos de desenvolvimento e de infra-estrutura na América do Sul. Além disso, o

presidente equatoriano, Rafael Correa, no encontro do dia 3 de maio, sugeriu a criação do Fundo do Sul - entidade financeira regional que teria como função socorrer os países da região que enfrentassem crises fiscais. Acordou-se, no entanto, que a discussão sobre a criação de tal organização seria postergada para depois da instituição do Banco do Sul.

### **Integração da cadeia produtiva no Mercosul**

Em iniciativa pioneira, os quatro membros fundadores do Mercosul - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - aprovaram a integração de suas cadeias de produção nos setores de móveis e madeira. O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis do Mercosul - base da integração das cadeias produtivas - foi elaborado pelo governo brasileiro e apresentado no dia 8 de maio, no âmbito no 5º Fórum de Madeira e Móveis do Mercosul. O Programa, cuja implementação deve ser iniciada até julho, estabelece seis linhas de ação: inteligência competitiva; marketing internacional; normatização do setor; gestão da cadeia de fornecimento de moveleças; monitoramento de projetos; e cooperação e aprendizagem. A integração da cadeia produtiva nestes setores deverá receber financiamento do Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do Mercosul (FOCEM). Para maiores informações, acesse <<http://www.mercosur.int/fccmm/PT/Misión.htm>>.

### **Plano do Mercosul para uso sustentável do aquífero Guarani**

Os quatro membros fundadores do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) irão elaborar um plano de uso sustentável do aquífero Guarani. Este aquífero é uma das maiores reservas de água doce subterrânea do mundo: conta com um volume de 37 mil quilômetros cúbicos, espalhado em uma área de 1,2 milhões de quilômetros quadrados e abrange o território de 8 estados brasileiros. A princípio, o plano conjunto deverá ser implementado a partir de janeiro de 2009. Para maiores informações sobre o aquífero, consulte: <<http://www.sg-guarani.org/index/>>.

### **Desenvolvimento rural no centro da agenda do Mercosul**

Entre os dias 22 e 24 de maio ocorrerá em Assunção, Paraguai, a 7ª Reunião Ordinária Especializada de Agricultura Familiar do Mercosul. Participará da reunião o presidente do Fundo Internacional da ONU para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD, conforme sua sigla em inglês), Lennart Bage. Durante sua estadia de 4 dias (entre 21 e 25 de maio) na região, Lennart Bage visitará, ainda, Argentina e Uruguai. Com isto, o

presidente do IFAD pretende reforçar seu apoio a que políticas de desenvolvimento rural se tornem prioridade na agenda do Mercosul, além de aumentar os laços de cooperação entre o Fundo e os Países Membros do bloco. Para saber mais sobre esta visita, acesse <[http://www.ifad.org/media/press/2007/mercosur\\_s.htm](http://www.ifad.org/media/press/2007/mercosur_s.htm)>. Maiores informações sobre o IFAD encontram-se disponíveis em <<http://www.ifad.org/>>.

### **3ª Cúpula da Petrocaribe**

A Ilha de Margarita, na Venezuela, será novamente palco de um encontro regional sobre energia. Nos dias 7 e 8 de junho deste ano, sediará a 3ª Cúpula da Petrocaribe. Formada por 14 países caribenhos em junho de 2005, a Petrocaribe é uma iniciativa de cooperação energética fomentada pelo governo venezuelano e que visa a resolver as assimetrias de acesso aos recursos energéticos e articular políticas energéticas conjuntas entre os países membros. Para mais informações sobre a iniciativa, consulte <[http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/desi gn/readmenuprinc.tpl.html&newsid\\_temas=48](http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/desi gn/readmenuprinc.tpl.html&newsid_temas=48)>.

### **Revisão do Programa de Ação Europeu para o Meio Ambiente**

No início de maio a Comissão Europeia publicou uma revisão do seu 6º Programa de Ação para o Meio Ambiente, elaborado para o período entre 2002 e 2012. A revisão centra-se no combate às mudanças climáticas e no papel de liderança desempenhado pelo bloco europeu neste campo, especialmente no que se refere à elaboração de um novo acordo internacional, após a expiração do Protocolo de Quioto em 2012. Para maiores informações, consulte: <<http://www.euractiv.com/en/environment/climate-change-tops-eu-future-environmental-agenda/article-163535>>.

### **União Européia: Cúpula e parceria estratégica com o Brasil**

No âmbito da presidência portuguesa da UE, no 2º semestre deste ano, será realizada, no dia 4 de julho, em Lisboa, Portugal, a 1ª Cúpula Brasil-UE. A realização desta Cúpula insere-se no objetivo da UE de desenvolver um diálogo específico com o Brasil e de com ele firmar uma parceria estratégica - nos moldes da que já possui com outros países, tais como Rússia, Japão, China e Canadá. Para maiores detalhes sobre a justificativa de tal Cúpula, consulte o comunicado escrito pelo Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Seixas da Costa em <[http://www.embaixadadeportugal.org.br/destaques/detalhe.php?cod\\_noticia=198](http://www.embaixadadeportugal.org.br/destaques/detalhe.php?cod_noticia=198)>. O Programa da Presidência da UE para o período entre o 1º semestre

de 2007 e o 1º semestre de 2008 encontra-se disponível em  
<[http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/8E317B0B-CEE3-41D1-BC63-EE77550FE3AE/0/Programa\\_Trio\\_UE.pdf](http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/8E317B0B-CEE3-41D1-BC63-EE77550FE3AE/0/Programa_Trio_UE.pdf)>.

## **2ª Reunião de Monitoramento do Comércio Bilateral entre Brasil e Equador**

Entre os dias 14 e 15 de maio ocorreu, em Quito, a 2ª Reunião de Monitoramento do Comércio Bilateral entre Brasil e Equador. A idéia de tais reuniões é acompanhar a implementação dos acordos bilaterais assinados entre os presidentes brasileiro e equatoriano no início de abril. Durante a reunião, o governo brasileiro manifestou a intenção de acelerar o cronograma de desgravação tarifária entre os dois países, previsto no Acordo de Complementação Econômica nº 59. Nesse sentido, pretende atingir 100% de preferências para as exportações equatorianas já esse ano. Para tanto, concordou em isentar de tarifas de importação 4.362 produtos equatorianos. Para maiores informações sobre a reunião, consulte  
<<http://www.mmrree.gov.ec/mre/documentos/novedades/boletines/ano2007/mayo/bol351.htm>>.

## **Bolívia irá renegociar tratados de proteção recíproca de investimentos**

A Bolívia determinou a renegociação dos 24 tratados de proteção de investimentos celebrados pelo país. Segundo Pablo Sólón - Embaixador para Assuntos Comerciais do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia - a renegociação será feita individualmente, e terá como objetivo ajustar as cláusulas relativas à solução de controvérsias com empresas multinacionais, já que a Bolívia, no início do mês, anunciou sua saída do Centro Internacional para Resolução de Disputas em Investimentos. Dentre os principais acordos, há os firmados com os EUA e os Países Baixos.

## **Ofensiva estadunidense contra desvalorização da moeda chinesa**

No dia 17 de maio foi apresentada ao Comitê de Meios e Árbitrios do Congresso dos EUA uma petição, no âmbito da seção 301 do Trade Act de 1974, em que 42 congressistas estadunidenses pedem à representante comercial do país, Susan Schwab, que tome medidas para combater a desvalorização da moeda chinesa e os prejuízos à indústria dos EUA decorrentes deste fato. A petição sustenta que tal desvalorização é uma espécie de subsídio à exportação proibido pelas normas da OMC e que violaria as regras do FMI. Um resumo da petição pode ser encontrado em

<<http://waysandmeans.house.gov/media/pdf/110/07%2005%2016%20301%20summary%20and%20signature%20s.pdf>>. Já a carta endereçada a Susan Schwab está disponível em  
<<http://waysandmeans.house.gov/media/pdf/110/07%2005%2016%20CBR%20SML%20301%20letter%20to%20USTR.pdf>>

Edições anteriores de *PONTES Quinzenal* podem ser acessadas em:  
[http://www.ictsd.org/pont\\_quinze/archive.htm](http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm)

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de *PONTES Quinzenal* podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

*A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.*